



BOLETIM DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Outubro 2016

Apresentação.

O Boletim de Administração Pública Municipal é uma publicação da Fiorilli Soc. Civil Ltda.-Software. Destinado à Administração Municipal é uma publicação informativa que abrange as normas de direito público e dá orientação quanto aos procedimentos a serem observados em diversos ramos de atividades relacionadas a gestão dos negócios públicos municipais.

Artigos desta edição.

Volume I - Legislação Básica

05 - Procedimentos Contábeis

29 - Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23 de Setembro de 2016.

Volume II - Normas de Direito Público

01 - Emendas Constitucionais

12 - Emenda Constitucional n° 93

Volume III - Doutrina

01 - Direito Municipal

166 - A Revisão Salarial Anual dos Servidores na Interpretação da Justiça do Trabalho (*Vicente Augusto Baiochi*).

02 - Artigos

304 - Acordo Celebrado para pagamento de Precatório que causa Prejuízo ao Erário. A EC. N° 62/2009, e o Interesse Público. (*Gina Copola*).

Volume IV - Práticas de Contabilidade

01 - Orientação Técnica

349 - NOVA CASP 08 - A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público. O Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. A Lógica do Registro Contábil no PCASP. (*Paulo Henrique Freijó*).

350 - AFO 48 - Conta Única do Tesouro Nacional. Saída de Recursos. (*Paulo Henrique Freijó*).

351 - ECOASP 11 - Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. ECOASP. Reconhecimento da Receita e Despesa Orçamentárias. (*Paulo Henrique Freijó*).

352 - Série Previdência 15 - Reforma da Previdência. Cobertura Previdenciária: um problema para a juventude. Formas de Medir a Cobertura Previdenciária (*Paulo Tafner, Carolina Botelho e Rafael Erbisti*).

353 - Série Previdência 16 - Reforma da Previdência. Cobertura Previdenciária: um problema para a juventude. Formas de Medir a Cobertura Previdenciária (*Paulo Tafner, Carolina Botelho e Rafael Erbisti*).

354 - Por que não Reutilizar o Número de Tombamento de Bens Patrimoniais que Foram Alienados? (*Prof. Gerson dos Santos*).

355 - Incorporações extra-orçamentárias – Resumo (*Prof. Gerson dos Santos*).

356 - Doações em ano eleitoral - Interpretação atual dada pela "Orientação Normativa CNU/CGU/AGU n° 002/16" (*Prof. Gerson dos Santos*).

02 - Legislação Aplicada

209 - O que não pode faltar no relatório do Controle Interno de Prefeituras e Câmaras de Vereadores (*Flavio Correa de Toledo Junior*).

210 - Pregão Eletrônico. Artigo 2°. Caput e §1° (*Sidney Bittencour*).



211 - Série de Estudos: Custos Aplicados ao Setor Público. Teoria e Prática (Texto 04).
Mensurando Objetos de Custos (Casos Práticos) (*Francisco Glauber Lima Mota*).

Especiais:

Observação: A substituição de matérias tem como objetivo a atualização do assunto tratado na mesma matéria anterior ou a substituição do assunto tratado na matéria anterior que tornou-se obsoleto.

Distribuição.

As matérias dos volumes I a VI são remetidas exclusivamente aos assinantes do Boletim, enquanto que as matérias do volume VII (manuais e orientações de suporte), destinam-se apenas aos clientes de softwares da Fiorilli S/C Ltda.-Software. Informações e assinaturas do Boletim podem ser obtidas pelo telefone 0xx17 3264 9000. Fiorilli Soc. Civil Ltda.-Software



Notas e Informações

Eventos 2016 - Fiorilli Software

Fiorilli Software - Programação de Treinamentos 2016:

Eventos com a duração de 6 horas e 30 minutos. Os cursos são destinados a representantes, parceiros, clientes, usuários de sistemas e demais convidados até o máximo de 200 participantes por evento. Necessária a reserva ou inscrição prévia para participação.

Hotel Nacional - Rua Prof. Carlos Ibanhez, 35.

Proximo ao Viaduto da Rod Washington Luiz, sobre a Av. Murchid Homsí, em São Jose do Rio Preto-SP

Inscrições: Telefone (17) 3264-9000

Horario: Das 09:00 as 12:00 e das 13:30 as 17:00

Participantes por evento: Máximo 200 pessoas.

Palestrantes: Flavio Correa de Toledo Jr, João Paulo Silvério, José Pedro Teixeira da Rocha, equipe técnica, além de convidados especiais.

Eventos programados:

21 de Outubro. . . . Audesp Fase IV - Licitações e Contratos e a Operação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC)

02 de Dezembro. . Como Operar o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil.

23 de Dezembro. . Encerramento de Exercício e Transmissão de Cargo.

Alterações: poderão haver alterações de assuntos caso surjam outros de prioridade maior, bem como poderão ser agendados novos eventos que forem convenientes.

Comunicado - Fiorilli Software

COMUNICADO GP Nº 26/2016

Questionário – Conselhos Municipais de Saúde O Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, COMUNICA às prefeituras municipais que se encontra disponível o Módulo “Questionários” no Portal de Sistemas deste Tribunal.

Os gestores responsáveis, na Prefeitura, pelo gerenciamento do perfil de acesso ao Portal de Sistemas deverão efetuar o cadastramento de todos os membros e servidores que integram o Conselho Municipal de Saúde para fins de acesso ao Módulo “Questionários”.

Essa pesquisa tem por objetivo avaliar o nível de percepção social dos Conselhos Municipais em relação ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e contribuirá para a promoção da transparência e a interação com a sociedade e jurisdicionados, conforme declarado no Mapa Estratégico do TCESP: 2016-2020.

Os responsáveis cadastrados pelo gestor deverão responder o questionário até a data de 14 de outubro de 2016.

Eventuais dúvidas serão esclarecidas pelo e-mail nucleo-get@tce.sp.gov.br ou, dentro do próprio Sistema, no link <https://www4.tce.sp.gov.br/questionario-conselhos>

Publique-se.

GP, 14 de setembro de 2016.

DIMAS EDUARDO RAMALHO
PRESIDENTE



2ª Prorrogação de prazo – Relatório de Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência – RIRPP Cadastro e Movimento referentes a julho e agosto de 2016

Informamos aos Órgãos de Previdência da área municipal que constatamos inconsistências na validação de documentos quanto aos Relatórios de Investimentos dos Regimes Próprios de Previdência – RIRPP, o que gerou diversas duplicidades que não existiam, bem como, armazenamentos de cadastros e/ou movimentos com dados inconsistentes.

Identificado o problema, as medidas necessárias para sua regularização estão sendo adotadas, contudo para a sua implementação será necessária a suspensão temporária do sistema no período de 20/09/16 a 30/09/16.

Dessa forma, haverá um novo processamento dos dados, onde poderá ser constatada a rejeição de documentos anteriormente aceitos.

Pelo exposto, a obrigatoriedade de entrega do documento “Fundos de Investimento” obedecerá, excepcionalmente, o calendário abaixo:

Cadastro referente a julho de 2016 – entrega até o dia 06/10/16

Movimento referente a julho de 2016 – entrega até o dia 10/10/16

Cadastro referente a agosto de 2016 – entrega até o dia 18/10/16

Movimento referente a agosto de 2016 – entrega até o dia 21/10/16

Divisão AUDESP

Livros Recomendados:

Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Abordagem Simples e Objetiva

Autor: **João Eudes Bezerra Filho**

São Paulo – Ed. Atlas 2015

A contabilidade pública brasileira passa por um momento de renovação estrutural efetiva e de indispensáveis atualizações daí decorrentes. O foco no patrimônio público, a transparência das informações como indutor dos controles e a necessidade de convergência com as normas internacionais do International Federation of Accountants (IFAC)

Obra recomendada para profissionais da área pública que lidam com a contabilidade pública, para servidores públicos que atuam nos órgãos de controles internos e externos (Tribunais de Contas), bem como para candidatos de concursos públicos que exigem a matéria de contabilidade pública.

O processo de mudança iniciado com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público pelo Conselho Federal de Contabilidade é analisado no Livro da seguinte forma em seus capítulos: A nova contabilidade aplicada ao setor público/O patrimônio público/Plano de contas aplicado ao setor público (PCASP)/ Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público (DCASP)

Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Aspectos Patrimoniais: Identificação, Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação

Autor: **Francisco Glauber Lima Mota**

Brasília - 2015 - Editora Gestão Pública - <http://www.gestaopublica.com.br>

A ideia da produção deste livro foi pautada pela certeza de que estudantes e profissionais que atuam na contabilidade do setor público necessitam dominar conhecimentos que vão além dos conceitos, técnicas e práticas da contabilidade orçamentária, cuja doutrina se encontra nos livros tradicionais de contabilidade pública.

O conjunto de técnicas de reconhecimento, mensuração e evidenciação de itens patrimoniais, que pode ser traduzido como contabilidade patrimonial, se mostra fundamental para o controle do patrimônio das entidades públicas.



Observação: O conteúdo deste livro foi escrito especialmente para este “Boletim de Administração Pública Municipal” e publicado em artigos desde janeiro de 2014.

Gestão Patrimonial

Autor: **Gerson dos Santos**

Florianópolis - 2012 - Secco - <http://www.gersondossantos.com.br/livros/gestao-patrimonial>

Em 1997, quando foi decidido escrever pela primeira vez sobre Administração Patrimonial, não imaginaram que em dez anos a atividade patrimonial fosse apresentar uma significativa evolução. O grande número de eventos, cursos específicos, seminários e congressos têm comprovado esse crescimento e contribuído cada vez mais para a profissionalização da área.

Em 2010 foi apresentada aquela que seria uma terceira edição, revisada e atualizada, contendo os assuntos citados anteriormente, incluindo também modelo de um “Manual de Procedimentos Patrimoniais”, para servir de base aos leitores na adequação do mesmo à realidade das suas Instituições. Também foram tecidos comentários acerca das novas orientações sobre os procedimentos ligados às amortizações (depreciação, amortização e exaustão) dos valores contábeis dos bens dos órgãos da Administração Pública Direta, Autarquias e Fundações, que até então não os praticavam.

Nossa expectativa é que essa nova edição, ampliada e atualizada, possa continuar atendendo aos anseios dos profissionais da área de patrimônio, daqueles que exercem atividades direta ou indiretamente ligadas à gestão patrimonial, professores, estudantes, e de todos aqueles que se interessarem em conhecer as peculiaridades desse vasto universo representado pelos nossos bens

Publicações da Editora Gestão Publica

Autor/Organizador das Séries: **Paulo Henrique Feijó**

Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público

Esta obra se encontra estruturada em três partes: Resumos, Slides e Questões discursivas. Cada uma das partes estão separadas em 8 capítulos que guardam correlação com o Livro Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público (EMCASP), seguindo a mesma sequência dos capítulos do livro.

Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)

Esta obra se encontra estruturada em 12 capítulos que guardam correlação com o Livro Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, mas não necessariamente com a mesma sequência dos capítulos do livro. O Caderno de Slides foi elaborado também para servir de guia do curso e nesse sentido, algumas informações que constam dos slides ajudam professores e alunos a acompanhar o assunto tratado no livro.

Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público. Teoria e Prática de Controle de Aprovação e Execução do Orçamento com Base no PCASP

Esta obra se encontra estruturada em 16 capítulos. Nos três primeiros são abordadas as premissas conceituais relacionadas ao orçamento público, as diferenças e semelhanças entre o tratamento contábil dos atos e fatos orçamentários e patrimoniais e a escrituração contábil dos fenômenos orçamentários, de acordo com a nova estrutura do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). No capítulo 4 é detalhada a estrutura administrativa do ente fictício adotado como modelo para demonstração dos atos e fatos que serão objeto de contabilização nos demais capítulos, bem como as informações essenciais ao entendimento de tais registros. Nos capítulos seguintes são tratados os procedimentos específicos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária da receita e da despesa e suas diversas variáveis, evidenciando os registros contábeis apropriados nas naturezas de informação patrimonial, orçamentária e típica de controle, ou em apenas alguns deles, quando for o caso. Após cada contabilização, são comentados os principais aspectos da escrituração realizada. Ao término de cada capítulo, é apresentado o balancete de verificação para evidenciar a situação das contas contábeis com os lançamentos acumulados até o capítulo de referência. Para fixação do entendimento, quase todos os capítulos contam ainda com uma bateria de exercícios (a única exceção é o capítulo 4), cujos gabaritos encontram-se no final do livro.



Contabilidade Aplicada ao Setor Público - Aspectos Patrimoniais

A ideia da produção deste livro foi pautada pela certeza de que estudantes e profissionais que atuam na contabilidade do setor público necessitam dominar conhecimentos que vão além dos conceitos, técnicas e práticas da contabilidade orçamentária, cuja doutrina se encontra nos livros tradicionais de contabilidade pública. O conjunto de técnicas de reconhecimento, mensuração e evidenciação de itens patrimoniais, que pode ser traduzido como contabilidade patrimonial, se mostra fundamental para o controle do patrimônio das entidades públicas.

Gestão de Finanças Públicas 3ª edição - Volume 1

Este volume se encontra estruturado em três partes. Nas duas primeiras, abordamos as etapas do ciclo de gestão dos recursos públicos, que se aplicam uniformemente à União, aos Estados e aos Municípios, destacando na primeira os instrumentos de planejamento e, na segunda, os mecanismos de execução. Na terceira parte trazemos a experiência do Governo Federal quanto aos principais temas relacionados com Administração Financeira e Orçamentária.

Entendendo Resultados Fiscais

Este livro inicia com uma pequena introdução sobre o tema a partir do paralelo feito com as finanças pessoais. Tal paralelo tem o intuito de mostrar que, não obstante o caráter técnico intrínseco aos conceitos de resultados fiscais, na essência a metodologia aplicada ao setor público para avaliar a sustentabilidade da política fiscal pode facilmente ser transposta para avaliar a situação financeira de uma família. Num olhar mais amplo dos 10 capítulos, pode-se dividir o livro em duas partes. A primeira, formada pelos quatro primeiros capítulos, trata de teoria geral de resultados fiscais numa linha de conceitos universais, isto é, valem para qualquer entidade, município, estado ou país que queira utilizar os conceitos de resultado primário e nominal para o controle da dívida bruta ou dívida líquida.

Curso de Siafi 2ª Edição - Volume II - Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeiro

Este livro está estruturado de forma que o leitor entenda as etapas da rotina de suprimento de fundos em todos os sistemas os quais o gestor é obrigado a interagir. Seus capítulos trazem os conceitos básicos, as regras da execução orçamentária e financeira, a prestação de contas, os aspectos diferenciais de movimentação por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF) e por meio de conta bancária, entre outros tópicos.

Curso de Siafi 3ª Edição - Volume I - Uma Abordagem Prática da Execução Orçamentária e Financeiro

Este livro foi concebido de forma a permitir que o leitor passe por todas as etapas da execução orçamentária e financeira. Nesse sentido, está estruturado em capítulos que vão desde os procedimentos técnicos e operacionais de acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) até o estudo das principais transações de consultas da execução orçamentária.

Reforma da Previdência - A Visita da Velha Senhora

A partir da segunda metade da década de 1980, vários mecanismos institucionais foram criados no Brasil mudando fundamentalmente a maneira de conduzir a gestão financeira e orçamentária do Estado. A criação do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), o fim da “conta movimento” do Banco do Brasil no Banco Central – um instrumento que permitia ao Banco do Brasil retirar livremente fundos no Banco Central para emprestar a setores prioritários, como agricultura e exportações, bem como para financiar déficits governamentais – e a criação da Secretaria do Tesouro Nacional foram medidas decisivas para dar ordem à gestão orçamentária e financeira. Em última instância, o objetivo dessas iniciativas era dotar o país de instrumentos mais sólidos e responsáveis de gestão fiscal. Anos mais tarde, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) complementou esse processo. A LRF representou um marco no processo de institucionalização de práticas orçamentárias responsáveis, consolidando normas processuais e apontando para a redução do grau de discricionariedade das políticas orçamentais e fiscais, o que acabava por definir um quadro institucional de condução da política fiscal a ser seguido por todos os níveis de governo. Foi um longo processo no estabelecimento de disciplina fiscal, impondo ao Estado limitações à criação de gastos não suportados pela receita e estabelecendo compromissos com níveis de dívidas sustentáveis.



Entendendo Licitações e Contratos Administrativos

Na vida cotidiana compramos por necessidade ou por mera vontade. No setor público é diferente, pois o governo, por meio dos tributos, arrecada dinheiro de cada um de nós e quando contrata o faz com esses recursos. Dessa forma, tais contratações precisam ser justificadas: razões de contratar, procedimentos de contratações, etc.

Manual de Controle Patrimonial nas Entidades Públicas

O esquecido controle patrimonial nas entidades públicas agora ganha uma nova roupagem, a partir da adoção, no Brasil, dos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público. Significa dizer que, de coadjuvante, esse setor passa a personagem principal na gestão pública. Agora, a adequação é necessária e urgente, haja vista os exíguos prazos estipulados pela Secretaria do Tesouro Nacional para que o Brasil passe a falar uma mesma linguagem patrimonial. O autor do livro é autoridade no assunto. A partir da realização de consultorias, seminários, treinamentos e publicações, ele tem se destacado com um dos grandes conhecedores da matéria em nível nacional, aliando didática a conhecimento e aplicação prática para o dia-a-dia do servidor público.

Auditoria Governamental: em breves reflexões

Esta obra é um livro de bolso. Escritos de forma clara e objetiva, os capítulos versam sobre o conceito da auditoria governamental e sua forma integrada de realização. Destaque especial é dado à auditoria operacional, ao controle interno municipal, assim como as normas de auditoria governamental. Por fim, é ressaltada a necessidade da auditoria na Administração Pública para o combate à corrupção.

Contabilidade Forense. Princípios e Fundamentos

Um Contador especializado em Contabilidade Forense é um profissional que exerce a função de assessorar, no âmbito interno, uma Entidade sobre questões que envolvam investigações relacionadas com relatórios financeiros, contabilidade e controles internos. O entendimento sobre o campo de atuação do profissional especializado em Contabilidade forense e de que forma o seu papel difere de outras funções de contabilidade e auditoria é de fundamental importância.

A Lei 4.320 Comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal 35ª edição

Nesta obra, seus autores, especialmente o Professor Heraldo da Costa Reis, responsável pela atualização do livro há vários anos, interpretam o diploma legal de modo acessível e confiável, e nas edições recentes incorporam o que está contido e possui relações com as normas orçamentárias e contábeis na Lei Complementar Nº 101/2000 e nas Normas Brasileiras Aplicadas ao Setor Público, as NBCASPS.

Pregão Eletrônico

Neste livro, o Professor Sidney Bittencourt esmiúça todos os dispositivos dessa ferramenta regulamentar — trabalho pioneiro no mercado editorial jurídico quando de sua 1ª edição —, sempre considerando as regras determinadas pela Lei nº 10.520/2002.

Para mais informações acesse: Editora Gestão Pública - <http://www.gestaopublica.com.br>



Agenda Profissional

Outubro 2016

01 Sab

02 Dom

03 Seg

04 Ter

05 Qua ➔ 04 Pagam vencim servidores ➔ 08 Disponib na Internet Demonst Contratos e Aditivos ➔ 43 Remeter ao TCE (Sistema Audesp) dados de publicação e divulgação do RREO (LC101) ➔ 44 Remeter ao TCE (Sistema Audesp) dados de publicação e divulgação do RGF (LC101) ➔ 59 Remeter à SRF a DCTF Semestral ➔ 73 Remeter ao Audesp Relatório de investimentos do RPPS(cadastro)

06 Qui

07 Sex ➔ 02 Recolhimento do FGTS ➔ 24 Encaminhar GFIP ➔ 70 Remeter informações ao CAGED

08 Sab

09 Dom

10 Seg ➔ 07 Transf. 25% receitas vincul. para órgão educação ➔ 76 Remeter informações ao SISOBRAPREF

11 Ter

12 Qua (Nossa Senhora Aparecida)

13 Qui ➔ 72 Atualizar no TCE (AUDESP) o cadastro geral de entidades e pessoas ➔ 73 Remeter ao Audesp Relatório de investimentos do RPPS(movimentação) ➔ 66 remeter ao TCE (Sistema Audesp) informações da conciliação Bancária referente período anterior

14 Sex

15 Sab

16 Dom

17 Seg

18 Ter

19 Qua

20 Qui ➔ 01 Recolhim. previd. Social ➔ 07 Transf. 25% receitas vincul. para órgão educação ➔ 27 Remeter à câmara balancetes da Receita e Despesa ➔ 05 Remeter ao legislativo recursos financeiros

21 Sex

22 Sab

23 Dom

24 Seg

25 Ter

26 Qua

27 Qui ➔ 65 remeter ao TCE (Sistema Audesp) alteração cadastro contábil- isolados e conjunto-quando couber

28 Sex

29 Sab

30 Dom ➔ 07 Transf. 25% receitas vincul. para órgão educação ➔ 15 Publicar demonstr mensal rec orig tribut. ➔ 18 Publicar demonstr. trimestral da educação ➔ 11 Disponibiliz na Internet Demonst Execução dos Orçamentos

31 Seg ➔ 09 Disponibiliz na Internet Demonst Tributos Arrecadados ➔ 10 Disponibiliz na Internet Demonst Compras ➔ 45 Remeter ao TCE (Sistema Audesp) Movimentos Contábeis (Prefeituras) ➔ 56 Remeter ao TCE (Sistema Audesp) Movimentos Contábeis (Câmaras e demais entidades da Administração Indireta)

Novembro 2016

01 Ter

02 Qua (Finados)

03 Qui

04 Sex

05 Sab ➔ 04 Pagam vencim servidores ➔ 08 Disponib na Internet Demonst Contratos e Aditivos

06 Dom

07 Seg ➔ 02 Recolhimento do FGTS ➔ 24 Encaminhar GFIP ➔ 70 Remeter informações ao CAGED ➔ 50 Remeter ao TCE (Sistema Audesp) cópia atas de audiências públicas (avaliação metas) ➔ 73 Remeter ao Audesp Relatório de investimentos do RPPS(dados cadastrais) ➔ 28 Audiências Públicas quadrimestrais (Saúde)

08 Ter

09 Qua

10 Qui ➔ 07 Transf. 25% receitas vincul. para órgão educação ➔ 76 Remeter informações ao SISOBRAPREF ➔ 73 Remeter ao Audesp Relatório de investimentos do RPPS(movimentação) ➔ 66 remeter ao TCE (Sistema Audesp) informações da conciliação Bancária referente período anterior ➔ 72 Atualizar no TCE (AUDESP) o cadastro geral de entidades e pessoas